

O vereador **Antônio Euzébio de Sousa Filho**, no uso de suas atribuições legais, em respeito ao previsto no art. 127 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa, vêm encaminhar ao plenário da Câmara a presente **INDICAÇÃO** do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 002/2022

PROJETO DE LEI Nº ____/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LIDO NA SESSÃO

Em: 08 / 03 / 2022

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

APROVADO

EM: 08 / 03 / 2022

Presidente

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a regularização Fundiária dos imóveis dos conjuntos habitacionais e populares doado pela gestão municipal em parceria com o Fundo de Combate à Pobreza (FECOP).

Art. 1º Ficam instituídos no município de Horizonte a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais doados pela prefeitura em parceria com o Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), que abrangerá medidas urbanísticas, ambientais e sociais nos imóveis e em todas as áreas contempladas do município.

Art. 2º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão por conta de orçamentária próprias, assim como o Poder Executivo a regulamentará.

Art. 3º A Lei entrará em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 06 dias do mês de janeiro de 2022.

Antônio Euzébio de Sousa Filho
Vereador

PROTOCOLADO

03 / 03 / 22

UAC

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Indicação tem por objetivo a regularização fundiária dos imóveis dos conjuntos habitacionais e populares do município de Horizonte. Essa regularização fundiária é um processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar imóveis populares ao contexto legal da cidade de Horizonte.

Com a regularização fundiária, como um instrumento de promoção de cidadania, deve ser articulada com as políticas setoriais de habitação, no órgão municipal do próprio, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, entre outras, nos diferentes níveis de governo e participação de parcerias públicas e privadas, voltadas à integração social e ambiental da área a ser beneficiada.

Resta, portanto, que a regularização fundiária é uma intervenção pública, sob aspecto jurídicos, físico e social, e por via de consequência é uma tarefa a ser executada por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área da engenharia e arquitetura, juntamente com profissionais da área de engenharia e arquitetura, juntamente com profissionais das áreas jurídicas e social, para realizar um trabalho integrado e participativo, absolutamente fundamental para o sucesso do empreendimento.

Finalmente, considerando a extensão dos benefícios ofertados pelo presente Projeto de Indicação, solicito os pares, a nobre contribuição para fins de aprovação na presente e respeitada Casa Legislativa.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, aos 06 dias do mês de janeiro de 2022.


ANTÔNIO EUZÉBIO DE SOUSA FILHO
Vereador - PTB